

A desinformação como feitiço: Instrumentalização de narrativas e a produção de *Fake News* Institucionais sobre a Amazônia (2019–2022)

Jaqueline Mallmann Haas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Tramandaí – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9742-7761>

Ronaldo Josué Faller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Tramandaí – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1054-3266>

Marialda Souza Bueno Ferraz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Tramandaí – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3427-8716>

Resumo

Este artigo versa sobre o impacto das *fake news*, ou notícias falsas, em abordagens científicas relacionadas ao desenvolvimento da agricultura e meio ambiente, na região Amazônica. O objetivo está basicamente em apresentar a dicotomia entre a corrente científica, composta por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores ligados às Universidades frente a pesquisadores institucionalizados pelo Estado. A presente pesquisa adota uma metodologia de natureza qualitativa e exploratória, pautada na análise de discurso de materiais textuais contrastantes, os quais disputam a narrativa sobre o desenvolvimento agrícola e a conservação ambiental na Amazônia. O estudo concentra-se no recorte temporal de 2019 a 2022, correspondente à gestão do governo de Jair Bolsonaro, período marcado por intensos conflitos narrativos sobre questões ambientais. O corpus de análise é composto por dois materiais centrais, ambos publicados em 2020: 1) O artigo científico intitulado “The rotten apples of Brazil’s agribusiness” (publicado na revista *Science*), que aborda o desmatamento ilegal no Brasil; e 2) O livro “Agricultura, Fatos e Mitos – Fundamentos para um Debate Regional sobre o Agro Brasileiro” (Editora Baraúna), que representa uma perspectiva institucional ligada ao Estado. Somam-se ainda a análise de fragmentos de discursos de agentes políticos e institucionais que foram reproduzidos ou veiculados através da midiaticização dentro do período 2019-2022. O foco recai sobre a instrumentalização de narrativas e a produção de desinformação (*fake news* institucionalizadas) como tática de desvio da responsabilidade e de argumentação em defesa das políticas governamentais, expondo a dificuldade em discernir a verdade em um campo discursivo deliberadamente nebuloso.

Palavras-chave: Fake News; Conflito Narrativo; Agronegócio; Desmatamento; Amazônia Brasileira.

Disinformation as a spell: Instrumentalization of narratives and the production of institutional fake news about the Amazon (2019–2022)

Abstract

This article discusses the impact of fake news on scientific approaches related to agricultural development and the environment in the Amazon region. The objective is to present the dichotomy between the scientific current, composed of an interdisciplinary team of researchers linked to universities, and researchers institutionalized by the State. This research adopts a qualitative and exploratory methodology, based on the discourse analysis of contrasting textual materials that dispute the narrative about agricultural development and environmental conservation in the Amazon. The study focuses on the period from 2019 to 2022, corresponding to the administration of Jair Bolsonaro, a period marked by intense narrative conflicts on environmental issues. The corpus of analysis consists of two central materials, both published in 2020: 1) The scientific article entitled "The rotten apples of Brazil's agribusiness" (published in the journal *Science*), which addresses illegal deforestation in Brazil; and 2) The book "Agriculture, Facts and Myths – Foundations for a Regional Debate on Brazilian Agriculture" (Baraúna Publisher), which represents an institutional perspective linked to the State. Added to this is the analysis of fragments of speeches by political and institutional agents that were reproduced or disseminated through the media during the period 2019-2022. The focus is on the instrumentalization of narratives and the production of disinformation (institutionalized fake news) as a tactic to evade responsibility and to argue in defense of government policies, exposing the difficulty in discerning the truth in a deliberately nebulous discursive field.

Keywords: Fake News; Narrative Conflict; Agribusiness; Deforestation; Brazilian Amazon.

La desinformación como hechizo: Instrumentalización de narrativas y producción de noticias falsas institucionales sobre el Amazonas (2019-2022)

Resumen

Este artículo analiza el impacto de las noticias falsas en los enfoques científicos relacionados con el desarrollo agrícola y el medio ambiente en la región amazónica. El objetivo es presentar la dicotomía entre la corriente científica, compuesta por un equipo interdisciplinario de investigadores vinculados a universidades, y los investigadores institucionalizados por el Estado. Esta investigación adopta una metodología cualitativa y exploratoria, basada en el análisis del discurso de materiales textuales contrastantes que cuestionan la narrativa sobre el desarrollo agrícola y la conservación ambiental en la Amazonía. El estudio se centra en el período de 2019 a 2022, correspondiente a la administración de Jair Bolsonaro, un período marcado por intensos conflictos narrativos en torno a temas ambientales. El corpus de análisis consta de dos materiales centrales, ambos publicados en 2020: 1) El artículo científico titulado «Las manzanas podridas del agronegocio brasileño» (publicado en la revista *Science*), que aborda la deforestación ilegal en Brasil; y 2) El libro «Agricultura, hechos y mitos: Fundamentos para un debate regional sobre la agricultura brasileña» (Editorial Baraúna), que representa una perspectiva institucional vinculada al Estado. A esto se suma el análisis de fragmentos de discursos de agentes políticos e institucionales que fueron reproducidos o difundidos a través de los medios de comunicación durante el período 2019-2022. El enfoque se centra en la instrumentalización de las narrativas y la producción de desinformación (noticias falsas institucionalizadas) como táctica para evadir la responsabilidad y argumentar en defensa de las políticas

gubernamentales, exponiendo la dificultad de discernir la verdad en un campo discursivo deliberadamente nebuloso.

Palabras clave: Noticias falsas; Conflicto narrativo; Agroindustria; Deforestación; Amazonía brasileña.

1 Introdução

A Desinformação, em seu poder de ocultar a verdade sob um verniz atraente, opera como um feitiço. Fazendo uma analogia ao conto clássico dos Irmãos Grimm, 'Branca de Neve', este artigo propõe a substituição da maçã envenenada pela soja produzida na zona do bioma Amazônia – o maior do Brasil e do mundo. Se no conto a fruta bela e traiçoeira visava induzir ao sono da morte, no cenário Amazônico, a desinformação institucionalizada sobre o desenvolvimento agrícola busca induzir o sono da razão, ocultando os impactos socioambientais sob narrativas de progresso e de fatos inquestionáveis. Neste contexto, que abrange o período de 2019 a 2022, o objetivo é desvendar como o conflito narrativo entre a corrente científica e as perspectivas institucionalizadas pelo Estado se instrumentaliza da falsidade (o veneno) para disputar a verdade sobre a agricultura e o meio ambiente na região.

O veneno da maçã — a desinformação e a destruição ambiental — não se restringe à fronteira do bioma. Atinge o cerne da economia global: a soja vinda de zonas de desmatamento ilegal é paradoxalmente ofertada e exportada como uma commodity convencional e 'limpa', especialmente para grandes mercados como a Europa e a China. Este fluxo comercial estabelece uma profunda contradição, visto que esses mesmos destinos frequentemente promovem e financiam ações globais contra o desmatamento e advogam por cadeias de suprimentos sustentáveis. A aceitação dessa soja 'enfeitiçada', cuja origem é obscurecida pela falta de rastreabilidade ou pela negação intencional dos impactos, expõe a falha sistêmica em discernir a verdade no campo da produção. É nesse vácuo que a narrativa institucionalizada se consolida, desviando o foco da responsabilidade e reforçando o feitiço que torna invisível a destruição subjacente ao 'progresso' agrícola.

A soja, que denominamos enfeitiçada pelo desmatamento, são como as notícias falsas, as *fakes news*¹, que assombram o agronegócio brasileiro. Segundo o relatório World Food and Agriculture de 2021 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a posição de maior produtor de alimentos do mundo é ocupada pela China, sendo o Brasil o segundo maior produtor de alimentos do planeta. Por seu destaque é esperado que o Brasil, desta forma, seja alvo de *fake news*, visto ser uma potência mundial na agricultura, em ascensão.

A reflexão aqui proposta está intrinsecamente ligada ao turbulento período de 2019 a 2022, um recorte temporal marcado pela saturação e disseminação de conteúdo digital. Neste cenário, informações – legítimas ou distorcidas – circulam em alta velocidade por portais de notícias, redes sociais e *blogs*, sendo prontamente apreciadas e compartilhadas. As *fakes News* não apenas acompanham esse fluxo, mas se infiltram e atuam como um vírus no debate público, exigindo do cidadão um

¹ Conteúdo deliberadamente enganoso que imita a forma e o estilo das notícias jornalísticas legítimas, mas que é, na realidade, um sintoma da crise de confiança na informação, sendo mais perigoso por sua capacidade de apelar às crenças pessoais e não aos fatos (Frias Filho, 2018).

esforço redobrado de atenção e senso crítico. A proliferação e aceitação dessas narrativas falsas atingem tal proporção que a averiguação constante de praticamente toda informação consumida se torna uma necessidade imperativa para a distinção entre fato e ficção, especialmente em temas de alta polarização como o desenvolvimento agrícola e a conservação ambiental na Amazônia.

Nesse contexto, o jornalismo – que também é uma ciência – e suas formas modernas de disseminação de conteúdo midiático, passa a ser poluído com notícias produzidas com a finalidade de atingir negativamente a imagem de instituições ou de pessoas (geralmente figuras públicas).

A desinformação institucionalizada se sustenta, em grande parte, na homogeneização do conceito de "Agro" promovida pela midiatização. Ao tratar o setor agropecuário como um bloco monolítico e como sinônimo de sucesso econômico – o chamado agronegócio de *commodities* –, o discurso estatal camufla a dicotomia fundamental com a agricultura familiar, responsável pela maior parte da produção de alimentos consumidos no país. Essa generalização permite que a agenda política do Estado (frequentemente alinhada aos interesses do latifúndio exportador, da monocultura e do desmatamento) seja defendida sob o pretexto de sustentar todo o "Agro" nacional, desviando a atenção dos custos ambientais e sociais inerentes ao modelo de *commodities* e desqualificando a crítica científica como um ataque genérico ao campo.

A divulgação de *fake News* no âmbito do setor do agronegócio é grave, mas não é uma novidade. Há um estigma geral no potencial de ajuda e de desenvolvimento que o setor traz à população. Cotidianamente, são divulgadas informações sem base técnica, alargando, ainda mais, as dificuldades para o seu desenvolvimento. Estas "*fake News*" golpeiam as principais cadeias produtivas utilizando temas sensíveis como alimento seguro, meio ambiente e saúde pública.

Nesta perspectiva, este ensaio analítico se propõe a problematizar o modo como as narrativas sobre o desenvolvimento agrícola e o desmatamento foram produzidas e disputadas no cenário sociopolítico brasileiro, concentrando-se no recorte temporal de 2019 a 2022, bem como resgatar o que teóricos do desenvolvimento brasileiro já evidenciaram há décadas: o modelo primário-exportador brasileiro é responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro. Para Foucault (2014), o discurso é um conjunto de enunciados e relações que estabelecem as regras do que pode ser dito e pensado em um determinado momento histórico. Analisar o discurso, nesse sentido, significa dar conta de práticas históricas e relações de poder concretas que estão "vivas" nos enunciados.

O artigo está estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo se propõe uma reflexão sobre a potente forma das *fake News* e como elas podem ser instrumentalizadas. No segundo capítulo apresentamos os discursos postos em circulação através da midiatização. Na sequência, no terceiro capítulo, se debate a dicotomia que há dentro do campo científico: de um lado uma produção científica resultante de uma pesquisa, com uma equipe interdisciplinar de pesquisadores e, de outro, a sustentação de uma ciência construída a partir do Estado. No quarto capítulo, propomos que o meio ambiente inserido nesse fenômeno das *Fake News*, e as possibilidades de respostas. O apontamento para alguns sinais de crise, através de uma comunicação não-verbal são apresentados ao longo do quarto capítulo. E logo

após são apresentadas as considerações finais, encerrando as principais reflexões propostas pelo trabalho.

2 Fake news: desinformar para avançar

A divulgação de notícias falsas é fenômeno conhecido internacionalmente como *fake news* e pode ser conceituado como a disseminação, por qualquer meio de comunicação, de notícias sabidamente falsas com o intuito de atrair a atenção para desinformar ou obter vantagem política ou econômica. O fenômeno em questão, frequentemente chamado de *fake news*, insere-se na categoria mais ampla de desinformação, que é definida academicamente como a informação "falsa e deliberadamente criada para causar dano" (Wardle; Derakhshan, 2017). Trata-se de um fenômeno consolidado e que se verifica em todo o planeta. Desse contexto de influência eleitoral da desinformação, surge um questionamento central, conforme apontado por Braga (2018, p. 204-205): “como as notícias falsas conseguiram ocupar um espaço tão relevante no cenário político contemporâneo?”

Para buscar uma resposta a essa indagação, torna-se imperativa uma reflexão aprofundada sobre a transformação da comunicação de massas na sociedade digital. O poder disruptivo da internet e das redes sociais alterou fundamentalmente o ecossistema da informação, permitindo que as notícias falsas não apenas circulem, mas atinjam o *status* de vetor crucial na opinião pública (Braga, 2018; Frias Filho, 2018). Essa análise exige compreender como a rapidez da disseminação, o viés de confirmação e as próprias dinâmicas algorítmicas das plataformas digitais facilitam a viralização de conteúdos enganosos, conferindo-lhes uma proeminência sem precedentes no debate político atual.

Segundo Wardle e Derakhshan (2017), o fenômeno deve ser compreendido como uma ampla Desordem Informacional, cuja manifestação mais perigosa é a desinformação (*disinformation*): informação deliberadamente falsa criada e disseminada para causar dano.

É nesse contexto de desordem informacional, que o papel da comunicação de massas e a rápida disseminação de *fake news* ganha um contorno específico ao analisarmos as eleições de 2018 no Brasil, que culminaram na vitória de Jair Bolsonaro. A campanha de Bolsonaro foi marcada por uma forte atuação nas mídias digitais, especialmente pelo WhatsApp, configurando-se em uma estratégia de "guerra de narrativas" digital de intensa capilaridade (EL PAÍS, 2018). O ponto central em comum foi a utilização, muitas vezes ilegal e financiada por empresários, do disparo em massa de mensagens via WhatsApp (VEJA, 2018; EL PAÍS, 2019). Essa prática permitiu a criação de um verdadeiro ecossistema de desinformação, distribuindo conteúdo falso, memes e teorias da conspiração diretamente para milhões de eleitores, driblando o monitoramento da Justiça Eleitoral.

Partindo da dimensão global do problema e da necessidade de reflexão sobre a comunicação de massas, a crise da desinformação encontrou no Brasil um terreno fértil, especialmente durante a eleição de 2018, que culminou na vitória de Jair Bolsonaro. O caso brasileiro particularizou-se pelo foco na tática de disparos em massa de mensagens via WhatsApp, configurando o que Ribeiro e Ortellado (2018) chamam de "informações de combate". Esse modelo tático, embora remeta à guerra digital observada no exterior, como a dos EUA, utiliza um ecossistema de

comunicação fechado e criptografado que dificulta o monitoramento e a checagem, potencializando a penetração de narrativas falsas e polarizadoras.

Apesar das especificidades do canal de distribuição, como o *WhatsApp*, a eficácia da desinformação, seja nos EUA de 2016 ou no Brasil de 2018, reside na sua capacidade de mascaramento. Conforme apontam Tandoc Jr., Zielonka e Ainsworth (2018) em sua análise de conteúdo, as notícias falsas mais impactantes frequentemente são aquelas que imitam a forma e o estilo das reportagens jornalísticas autênticas. O sucesso dessa desinformação orquestrada (Wardle & Derakhshan, 2017) é um sintoma da fragilização do jornalismo tradicional como *gatekeeper* da verdade, conforme a preocupação de Frias Filho (2018).

Cabe ressaltar, segundo Frias Filho (2018, p. 41), que o termo *fake news* é recente, embora antes conhecido como boatos. Destaca o autor que quando os americanos puseram homens a caminhar sobre a Lua, em 1969, surgiu uma célebre e persistente onda de boatos segundo os quais aquelas imagens haviam sido forjadas em algum estúdio secreto e toda a expedição não passava de um embuste (Frias Filho, 2018, p. 41). Frias Filho cita outro episódio: No âmbito doméstico, quando uma septicemia derivada de provável falha médica matou o presidente eleito Tancredo Neves, em abril de 1985, divulgou-se que na realidade ele fora vítima de um atentado, no qual teria sido ferida uma conhecida repórter de televisão, tudo devidamente dissimulado pelas autoridades para fazer a população acreditar na mistificação da doença alegada (Frias Filho, 2018, p. 41). O autor nos traz estes dois eventos com o intuito de demonstrar que é provável que o estudo dessas versões fantasiosas, foi capaz de embair a credulidade de muita gente por muito tempo; revela seus fatores desencadeadores e seus mecanismos de propagação.

Segundo Frias Filho (2018, p. 41) o que elas parecem ter em comum é a propriedade de se alastrar de modo principalmente oral entre camadas da população de menor instrução e informação, além de obedecer a roteiros em geral conspiratórios e delirantes. Para o autor, a maioria das pessoas em todas as épocas, têm vivido na obscuridade de um conhecimento precário, incipiente, manietado por todo tipo de preconceitos, credíes e superstições.

O autor fundamenta que desde o Iluminismo, uma camada crescente – uma classe média ilustrada – vem sendo formada sob influência do método científico e do racionalismo moderno, o que segundo Frias Filho (2018, p. 42), resulta numa atitude mais criteriosa em face das informações disponíveis. Porém ressalta que essa camada está longe de se tornar a maioria.

Pode-se argumentar, e com razão, segundo Frias Filho (2018, p. 42) que a novidade não está nas *fake news* em si, mas na aparição de um instrumento capaz de reproduzi-las e disseminá-las com amplitude e velocidade inauditas.

Ao escrever sobre o fervilhante ambiente planetário das publicações impressas do século XVIII, o historiador Robert Darnton mostrou como era infestado de falsidades, plágios, imposturas e calúnias – de *fake news*, enfim -, cujos autores ficavam protegidos sob anonimato ou por pseudônimos. De forma semelhante ao que acontece hoje, era comum que os responsáveis por tais abusos escapassem a qualquer punição por estarem fora das fronteiras em que seus escritos haviam sido incriminados (Frias Filho, 2018, p. 42).

Nesse sentido mais permissivo, *fake news* passa a ser tudo que me desagrada, não apenas fatos que contempla de maneira diferente da exposta, como também interpretações das quais discordo com veemência e opiniões que me parecem abomináveis. O que é *fake news* para um fanático é verdade cristalina para o fanático da seita oposta (Frias Filho, 2018, p. 42). Nesse contexto, em um ambiente de polarização política, ao invés de admitir a presença de opiniões distintas ou conflitantes e tratar a pluralidade destas como positiva, o indivíduo busca por elementos que reafirmam e comprovem suas concepções, geralmente incriminando ou culpabilizando o grupo no espectro oposto de todas as mazelas existentes (Braga, 2018, p. 210).

O termo *fake news* de acordo com Frias Filho (2018, p. 43) deveria ser compreendido como toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má fé, neste caso, com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política.

3 A midiatização e os discursos postos em circulação

O conceito de midiatização consolidou-se como um pilar nos estudos da comunicação, oferecendo um prisma para entender a crescente e intrincada teia de influência que os meios de comunicação tecem sobre a sociedade e a cultura. Sua pertinência acadêmica, observada por Verón (1997, p. 1) entre pesquisadores dedicados às tecnologias de comunicação, atesta o reconhecimento desse fenômeno tanto na Europa quanto na América Latina. Mas, afinal, como definir essa força que nos cerca? Recorremos a perspectivas cruciais, como as propostas por Stig Hjarvard e José Luiz Braga, que oferecem ângulos complementares sobre o tema.

Para Hjarvard (2012, p. 55), a midiatização é o conceito-chave para decifrar a influência da mídia sobre a cultura e o tecido social. Ele a descreve como um processo de mão dupla (p. 53): a mídia se afirma como uma entidade semi-autônoma na sociedade, e, em resposta, todas as outras esferas – da religião à política – são compelidas a se curvar e se adaptar à sua lógica interna.

Embora o termo midiatização tenha surgido historicamente para teorizar o impacto profundo dos meios de comunicação na política, sua abrangência rapidamente explodiu para abarcar uma transformação sociocultural em larga escala. É aqui que reside o poder da lógica midiática: o conjunto de regras (formatos, estéticas, expectativas temporais e espaciais) inerentes aos meios de comunicação passa a não apenas pautar e moldar, mas a integrar-se às formas de interação de todas as demais instituições sociais. Essa difusão é o sinal de que a mídia transcende o papel de mero "canal". Ela se tornou um agente ativo de mudança, exigindo que outras instituições incorporem seus códigos operacionais e narrativos para garantir a visibilidade e a relevância no palco social contemporâneo.

No campo prático, essa relevância se manifesta na forma como as mensagens circulam. Pense, por exemplo, nas notícias, informações ou narrativas veiculadas por fontes institucionais. Para que o discurso de uma organização consiga penetrar e engajar o público, ele precisa ser moldado pela lógica midiática, que valoriza a síntese, a emoção e a circulação em ambientes muitas vezes descontextualizados. A notícia, em suas diversas plataformas e formatos (textual, imagético e sonoro), é, portanto, um dos veículos mais potentes para a consolidação desse processo.

Em contraste com a visão que se foca primariamente na instituição midiática, o pesquisador brasileiro José Luiz Braga propõe uma análise ancorada na interação social. Para ele, o estudo da midiática se volta para a investigação minuciosa de "aquelas experiências sociais de produção de circuitos e de dispositivos interacionais" (Braga, 2012, p. 49-50). O objetivo é identificar seus "riscos, os desafios, as potencialidades e os direcionamentos preferenciais", tentando inclusive intervir de forma praxiológica nessas mediações comunicativas.

Braga (2012, p. 35) é taxativo ao traçar uma distinção fundamental: a midiática não deve ser confinada à indústria cultural nem entendida simplesmente como o resultado de inovações tecnológicas. Ele afirma que ela não corresponde a uma mera ampliação ou domínio da indústria cultural sobre a sociedade. Superar essa restrição conceitual nos move para um foco na recepção, no comportamento e na compreensão dos mediadores sócio-histórico-culturais que permitem o estabelecimento da midiática.

Nessa luz, a midiática deixa de ser um mero efeito da mídia para se tornar um processo que constitui a própria estrutura social. Como afirma Braga (2006, p. 14), ela é "largamente responsável pela constituição do tecido social". A sociedade não se limita a produzir sua realidade através de interações básicas; ela passa a produzir os próprios processos interacionais que utiliza para elaborar essa realidade. Este é um movimento progressivo, "baseado em expectativas geradas por construções sociais anteriores e em processos autopoieticos subsequentes" (Braga, 2006, p. 5).

Podemos, assim, concluir que habitamos uma sociedade imersa na midiática, um processo comunicacional vivo e ativo que permeia todas as camadas e práticas sociais. A midiática, em sua ação, vai além dos limites estritos dos estudos de mídia. Metaforicamente, ela se assemelha ao estado líquido da matéria: penetra nos tecidos sociais mais profundos, alojando-se como um elemento complexo e alimentar das práticas sociais.

Essa profunda transformação social e comunicacional é marcada pela transição da "sociedade dos meios" para a "sociedade em midiática", conforme detalhado por Gomes (2014). O autor (2014, p. 5) descreve a sociedade em midiática como um ambiente fundamentalmente novo, mais vasto e mais básico do que a concepção anterior, que via os meios apenas como dispositivos técnicos de comunicação.

Gomes (2014, p. 5) observa que, nesse novo estágio, "não é somente a comunicação que é potencializada"; o resultado direto desse processo é um aumento na complexidade social. Por essa razão, a midiática tem se estabelecido como o modo dominante, em "marcha acelerada para se tornar o processo interacional de referência" (Braga, 2006, p. 14), o que justifica o uso de termos como "sociedade mediática" ou "sociedade mediaticizada" para descrever o panorama atual.

Antônio Fausto Neto (2008, p. 93) articula o contraste definitivo entre os dois estágios: se na "sociedade dos meios" as mídias desfrutavam de uma autonomia relativa ("teriam uma autonomia relativa, face à existência dos demais campos"), na sociedade de midiática, a "cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece".

Essa conversão não é um movimento passivo. Ela produz zonas de afetação em múltiplos níveis, impactando a dinâmica das organizações. A eficácia de uma

mensagem institucional, como a de um vídeo, não se define mais apenas pela relevância intrínseca do conteúdo. É, de forma crucial, determinada pela sua capacidade de se inserir e circular com êxito na lógica midiática. Isso exige a adoção de códigos visuais, narrativos e interacionais específicos para que o discurso seja reconhecido e, finalmente, ganhe efetividade na complexa sociedade midiaticizada. É exatamente nesse ponto de encontro entre a lógica midiática e a eficácia discursiva que a ação do Estado ganha contornos de poder, instrumentalizando essa visibilidade para "conduzir a conduta" dos sujeitos.

Essa ideia de "impor um regime" é crucial para a análise do discurso estatal sobre a Amazônia. Foucault (2014) sugere que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída em toda sociedade por meio de procedimentos específicos. Tais procedimentos, segundo o autor, têm o objetivo de "conjurar os poderes e perigos inerentes ao discurso, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua materialidade pesada e temível" (p. 8). Nesse contexto de organização e controle discursivo, tornam-se identificáveis os modos de subjetivação empregados para conduzir a conduta dos sujeitos, notadamente em relação à aceitação das políticas de desenvolvimento agrícola na Amazônia e à desqualificação da crítica científica ao desmatamento.

É fundamental considerar que os materiais de defesa do agronegócio e as declarações que contestam a ciência do clima foram veiculados por agentes e estruturas institucionais ligadas ao Estado, o qual, por natureza, detém a prerrogativa de validar o discurso oficial. Dessa forma, tais produções apresentam narrativas que disseminam "verdades" associadas à política de desenvolvimento na Amazônia. Nesse contexto, aqueles com autoridade detêm o privilégio e o direito de afirmar a "verdade" sobre o desmatamento, o que muitas vezes dispensa a necessidade de contraste factual, ou mesmo porque o objetivo central não é a comprovação, mas a legitimação de um regime. Tal cenário explora a natureza do discurso, que desempenha seu papel na sociedade, explorando o poder, a verdade e a autoridade, estabelecendo, através do discurso, uma ferramenta de controle social (Foucault, 2014).

A partir deste processo, de informações institucionalizadas midiaticizadas, se estabelece um contrato midiático, aproximando os sujeitos através de um processo de reconhecimento neste espaço de debate, estabelecendo assim, uma rede relacional. O olhar de Verón (2004, p. 218) com "relação a estas instâncias aponta para a participação do sujeito como operador ativo no processo de discurso, pois sem sujeito não há discurso e sem discurso, não há sentido".

Ao analisar as narrativas de defesa do agronegócio e de ataque à ciência no período 2019-2022, observamos a criação de um cenário que busca instituir tais representações como uma verdade inquestionável. Essa estratégia foi potencializada pela figura do Presidente eleito, cujas falas informais e o uso de informações intencionalmente falsas (desinformação deliberada) foram lançadas e perpetuadas para desacreditar dados oficiais de desmatamento e reforçar o discurso em prol da expansão agrícola desregulada. Tais falas, revestidas da autoridade máxima do Estado, são poderosas ferramentas de representação social.

Segundo Hall (2016, p. 31), "a representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura". De acordo com os estudos culturais, representar, envolve

o uso da “linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. Ele sustenta a ideia de que “a representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos” (Hall, 2016, p. 18).

Assim, a análise dos procedimentos de controle e organização do discurso, conforme proposto por Foucault, revela-se essencial para a compreensão de como esses sistemas de representação – incluindo as declarações presidenciais descomprometidas com a factualidade – moldam a realidade ambiental e a conduta dos sujeitos em contextos específicos. Foucault argumenta que o discurso “constrói o assunto”. Ele define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em práticas e usadas para regular a conduta dos outros” (Hall, 2016, p. 80).

4 Ciência por ciência e ciência por estado: duas visões ao desmatamento que produz soja

O Brasil desindustrializou-se rapidamente a partir dos anos 80, ao passo que o agronegócio exportador chega a 2020 com recordes de produção e exportação, colocando sob risco o abastecimento do mercado interno e o aumento de preços de produtos da cesta básica, como o arroz². As políticas governamentais tiveram um papel fundamental, principalmente as de câmbio, desempenhando um papel de carro chefe na elevação das exportações brasileiras, como também a expansão das fronteiras agrícolas do país. Não é forçoso relacionar os eventos de grande impacto ambiental nos recursos naturais nacionais com a expansão das atividades agropecuária e extrativista, mais nitidamente percebidos a partir de 2020, com a política do “passa boi, passa boiada”³ do Ministério do Meio Ambiente e as devastações ocorridas posteriormente na Amazônia, Cerrado e Pantanal⁴.

Não se trata, porém, de atribuir indiscriminadamente, que toda a atividade ligada ao agronegócio é invariavelmente devastadora dos recursos naturais, e que sua natureza não possa ser um fator de desenvolvimento econômico ao país. No entanto, é fato que políticas públicas equivocadas não mobilizam os recursos do país para atividades de maior valor agregado no comércio internacional, e que as fragilidades institucionais não coíbem que abusos de grupos de interesse do setor causem enormes prejuízos do ponto de vista ambiental, além dos riscos e distorções causados no mercado interno no que tange a garantia de alimentos, para a maioria da população.

² BRASIL abriu 100 novos mercados e bateu recorde de exportação na agropecuária. <https://summitagro.estadao.com.br/comercio-exterior/brasil-abriu-100-novos-mercados-e-bateu-recorde-de-exportacao-na-agropecuaria/>. 18 nov. 2020. Acessado em 18 nov. 2025.

³ A DESTRUIÇÃO do meio-ambiente é plano do governo Bolsonaro. <<http://www.bancáriosguarulhos.com.br/passa-boi-passa-boiada-a-destruição-do-meio-ambiente-e-plano-do-governo-bolsonaro/>>. 05 jul. 2020. Acesso em: 18 no. 2025.

⁴ SOB BOLSONARO, desmatamento dobra de patamar. (Observatório do Clima) <<https://www.oc.eco.br/sob-bolsonaro-desmatamento-dobra-de-patamar/>>. 9 de out. 2020. Acesso em: 17 no. 2025.

O papel da empresa agrícola – originada no período colonial – marcaria profundamente a história econômica brasileira, estabelecendo desde o início da ocupação, a concentração de poder político nos donos de grandes extensões de terras. Terras essas que seriam destinadas aos homens que dispunham de recursos para empreender na atividade econômica, no controle da terra e posteriormente no trabalho escravo (Furtado, 2013).

(...) a expansão da fronteira agrícola para a exportação a partir do aumento da demanda internacional, a produção primária expandiu de tal forma que ocupou áreas antes destinadas para a produção de alimentos, diminuindo a superfície de produção alimentícia e encarecendo-as na região.(...) ainda assim, persistia o caráter semifeudal da economia açucareira, já que a produção dependia da demanda externa que periodicamente se instabilizava e fazia retroceder o nível de emprego, propiciando o retorno à economia de subsistência (...) assim, Furtado entendia que dentro da economia subdesenvolvida existia um setor que constituía a base dessa desigualdade, as grandes propriedades destinadas à exportação que determinavam relações semifeudais (Furtado, 2013 apud Mendonça, 2016, p.182-184).

A citação de Mendonça (2016), que sintetiza a arquitetura teórica de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento brasileiro, estabelece uma poderosa e persistente linha de continuidade com a constatação etnofenomenológica expressa por um agricultor familiar da fronteira agrícola amazônica/cerrado: "A soja tem muita sede, né? Bebe mais água que nós".⁵

O arcabouço furtadiano descreve um sistema histórico que, embora focado inicialmente no regime açucareiro, aplica-se *mutatis mutandis* à expansão da fronteira agrícola da soja. Esse sistema é caracterizado pela Prioridade Externa e Contração Interna: a expansão da produção primária é movida primariamente pela demanda internacional, resultando na ocupação de áreas antes destinadas à produção de alimentos de subsistência. Essa dinâmica diminui a superfície de produção alimentícia e eleva seus custos internamente, exacerbando a desigualdade. Em essência, o sistema mantém um Caráter Semifeudal e Dependência, onde as grandes propriedades voltadas à exportação — o agronegócio moderno — constituem a base dessa desigualdade estrutural.

A observação do agricultor atualiza essa matriz de desigualdade para a esfera ambiental, estabelecendo uma Conexão Hídrica na Desigualdade Atual. A "sede" da soja, referindo-se ao alto uso consuntivo de água da *Glycine max*⁶, é a manifestação contemporânea daquele setor da economia subdesenvolvida que Furtado identificava como o cerne da iniquidade. O agronegócio, enquanto grande propriedade destinada à exportação, consome desproporcionalmente o recurso hídrico vital, excedendo não apenas a produção alimentar local, mas violando o direito humano básico ao acesso à água.

⁵ FALA de um agricultor familiar da região do Matopiba, constante na entrevista disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/no-cerrado-deserto-de-soja-puxa-o-subdesenvolvimento/>>. 15 dez. 2020. Acesso em 17 nov. 2025.

⁶ Nome científico da Soja.

A exaustão de recursos hídricos causada pela monocultura de exportação emerge como o novo mecanismo de retrocesso. Se no passado o retrocesso era imposto pela instabilidade da demanda externa, hoje ele é imposto pela depleção dos aquíferos e o consequente esgotamento ambiental. O resultado final, contudo, é idêntico: a vulnerabilidade e o potencial retorno forçado à economia de subsistência (ou a negação desta, devido à escassez de recursos), conforme predito por Furtado.

A fala do agricultor familiar não se restringe a uma crítica ambiental; ela funciona como um diagnóstico prático que demonstra a persistência da estrutura de subdesenvolvimento e desigualdade. Ancorada na grande propriedade orientada para exportação, essa estrutura troca a exploração primária da terra pela exploração predatória da água, mas mantém e intensifica a pressão sobre as populações locais e seus meios de subsistência.

O estágio de intensa degradação dos principais biomas nacionais, verificado especificamente no quadriênio de 2019 a 2022, é um resultado direto da expansão acelerada de atividades primárias em regimes de grandes extensões de terra (latifúndios), dada pelo avanço dessas fronteiras para as áreas de preservação, que em tese, deveriam estar sob constante monitoramento e vigilância pelo Estado brasileiro, sendo a fiscalização realizada de forma eficaz pelo aparato institucional para tal fim, sob responsabilidade do Poder Executivo Federal. Esta situação é corroborada pelo conhecimento público generalizado — evidenciado pelo vasto volume de informações veiculadas nos principais meios de comunicação — de que o Poder Executivo Federal no quadriênio de 2019 a 2022 não logrou êxito em cumprir de forma satisfatória sua obrigação fiscalizatória e de monitoramento ambiental; seja pelo viés ideológico, seja pelo atendimento aos interesses de grupos privilegiados e representados nas esferas do poder institucional, que demonstram uma postura agressiva para a abertura de novas áreas para cultivo, criação de gado ou extrativismo vegetal, pondo em risco, inclusive a vida e a sobrevivência futura de populações tradicionais e/ou originárias que habitam essas áreas.

De acordo com os dados divulgados pelo Canal Agro, o agronegócio brasileiro expandiu, no último período, para mais de 100 novos mercados⁷ externos e bateu recorde de exportações em 2020. O comércio de grãos produzidos foram de 286 milhões de toneladas destinadas ao exterior, sendo que a soja cresceu 420% em comparação com 2019⁸. No caso da Amazônia, Torres (2019) destaca que o desmatamento da Amazônia está ligado historicamente as práticas criminosas de exploração de terras e expansão das fronteiras agrícolas, obtida às custas de desmatamento desenfreado, no entanto, é a partir de 2019 que o governo federal assume uma posição de confrontação junto à órgãos, como o INPE, discordando de dados apurados pelo mesmo, bem como, confrontando as demais entidades ligadas à preservação ambiental.

⁷ Países que compõem os novos mercados: Arábia Saudita, China, Cazaquistão, Coreia do Sul, Emirados Árabes, Índia, Japão, Malásia, Indonésia, Taiwan, Irã, Tailândia, Mianmar, Singapura e Qatar, Argentina, Colômbia, Peru, Estados Unidos, México, Canadá, Guiana, Equador, Venezuela, Guatemala e Bolívia, Egito, Marrocos e Zâmbia e Austrália.

⁸ NOVOS Mercados e Recorde na Exportação. Disponível em: <<https://summitagro.estadao.com.br/comercio-externo/brasil-abriu-100-novos-mercados-e-bateu-recorde-de-exportacao-na-agropecuaria/>>. Publicado em: 18 nov. 2020. Acessado em: 18 nov. 2025.

De acordo com o INPE, entre os meses de julho e agosto, os alertas de desmatamento cresceram 40%. O instituto apurou, ainda, que entre janeiro e agosto de 2019, houve um aumento de 83% nas queimadas, se comparado com o mesmo período de 2018. Trata-se do maior aumento já registrado dentro de 7 anos, totalizando alarmantes 73 mil focos de incêndios mapeados. Segundo o INPE, mais de 20 mil hectares de florestas foram varridos da Amazônia, chegando até a atingir regiões de floresta de países vizinhos, como Paraguai e Bolívia (Torres, 2019).

Segundo o IBGE (2020), o crescimento de pólos de plantio de soja na região, a expansão da fronteira agrícolas, assim como os focos de calor, refletem o crescimento das atividades articuladas a esse processo, como a extração de madeira, a abertura de pastagem e o cultivo de grãos, que vem alterando de forma radical a tradicional ocupação da Amazônia brasileira. Associada ao processo de expansão da fronteira agrícola, a distribuição espacial das áreas desmatadas, assim como dos focos de calor, reflete diretamente o crescimento de atividades intrinsecamente articuladas a esse processo, tais como a extração de madeira e a abertura de pastagem, que compõem, juntamente com a expansão do cultivo de grãos, um mosaico de usos diferenciados do espaço amazônico que vem alterando, de forma radical, a dinâmica tradicional de ocupação da Amazônia brasileira. Além de que a introdução de métodos e cultivos de campo e novas tecnologias associadas a atividades agropecuárias tem efeitos no ambiente natural, pela erosão e poluição hídrica, e afetam a geração de renda, emprego e condições de vida das populações locais (IBGE, 2020).

No auge da cobrança de investidores estrangeiros ao Brasil sobre o aumento da devastação da Amazônia, surgem duas publicações acerca deste debate. Uma trata do resultado de uma pesquisa, em formato de artigo científico, publicado na *Revista Science*, que estima o peso da contribuição do desmatamento em propriedades privadas, cuja produção é exportada para a União Europeia. Do outro lado, surge a publicação de um livro, pela Editora Baraúna, que tem como objetivo desmistificar alguns fatos e mitos sobre a agricultura brasileira, porém produz argumentos que vão de encontro às ações do governo de Bolsonaro (2019 a 2022) e reforçam a tensão entre o agronegócio e as políticas ambientais, em um cenário de crescente pressão internacional por sustentabilidade e responsabilidade climática.

O artigo “*The rotten apples of Brazil’s agribusiness*”, publicado na *Revista Science*, de autoria de pesquisadores, vinculados a 4 diferentes países, em julho de 2020, divulgou uma pesquisa interdisciplinar, que revela a incapacidade do Brasil de enfrentar o desmatamento ilegal, colocando assim em risco o futuro do agronegócio. Em contraponto, no mesmo ano da publicação da pesquisa acima, é publicado o livro *Agricultura, Fatos e Mitos: Fundamentos para um debate racional sobre o Agro Brasileiro*, que apresenta em dez capítulos, fatos e mitos sobre o agro brasileiro, sendo um deles dedicado ao desenvolvimento histórico do desmatamento e outro sobre o Código Florestal, além de temáticas como o uso de agrotóxicos no Brasil, agricultura de baixo carbono e recursos hídricos, entre outros. Um produz ciência através da ciência. Outro Ciência por Estado, ou à serviço do Estado. Durante este capítulo apresentaremos os dois estudos, o artigo e o livro mencionados acima, e vamos, através de vestígios, evidenciando os argumentos e dados, comparando-os a fim de identificar a ciência pela ciência e a ciência produzida para justificar ações do Estado.

O livro, intitulado *Agricultura, Fatos e Mitos: fundamentos para um debate sobre o agro brasileiro*, faz um acercamento ideológico argumentativo, fundamentando sua tese, descrevendo detalhadamente em seu prefácio sobre: a virtude do progresso, neutralidade do saber, controvérsias científicas, marketing e ideologia, ativismo digital, óculos do passado, novo obscurantismo, fatos contra mitos e pedagogia do saber. A fim de valorizar o método científico, em seu prefácio realiza um circuito argumentativo a fim de legitimar tomadas de decisões governamentais, produzindo informações teorizadas através de descaminhos que não levam em consideração a questão da sustentabilidade e preservação do meio ambiente. O livro argumenta o explorar para desenvolver, no entanto, quanto ao tema sustentabilidade, a importância do meio ambiente, não traz argumentos fundamentados e orientados pela ótica ecológica e critica as obras que colocam essa questão como premissa ao debate ambiental.

A obra, ainda que tenha um viés pedagógico aos leitores leigos, é demasiada tendenciosa. Argumenta sobre as *fakes news* e é contra a produção de boatos, porém produz argumentos que vão ao encontro das ações do governo federal (2019 a 2022), o que acaba por legitimar e justificar as ações do Estado. Não discorre sobre a - tão comentada - agricultura verde, por exemplo, que está voltada a questões ambientais, preservação, sustentabilidade, a gestão dos recursos, que não são infinitos e pouco fala sobre os impactos por trás do capitalizar. Argumenta a ideia de que o ecologismo bucólico deprecia a modernidade tecnológica do agronegócio, configurando uma contracultura que repele a realidade do capitalismo agrário e menospreza sua importância na sociedade contemporânea, urbanizada e globalizada (Graziano; Gazzoni; Pedroso, 2020, p. 11).

Em contrapartida, o artigo científico: “*The rotten apples of Brazil’s agribusiness*” (2020) - traduzido para o português como: Maçãs podres do agronegócio brasileiro, oriundo de pesquisa sobre desmatamento ilegal no Brasil (trabalho desenvolvido por grupo de pesquisadores ligados a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)⁹ - produziu, com instituições parceiras no Brasil e no exterior, estudo em que identificou as propriedades que desmataram ilegalmente, entre 2008 e 2018, a fim de ampliar suas plantações e pastagens. Demonstram, os cientistas (2020), que pelo menos cerca de 20% das exportações do país estão potencialmente vinculadas ao desmatamento à margem da lei.

Já segundo Graziano, Gazzoni e Pedroso (2020, p. 33) a supressão das florestas originais permitiu o avanço da economia e da sociedade brasileira. Ao fundamentar sobre o contexto do desenvolvimento da agricultura nos EUA, ressalta que mesmo as atrocidades cometidas contra os povos indígenas não retiram o orgulho que os norte-americanos ostentam pela formação de nacionalidade.

⁹ O grupo da Universidade é formado, além de Raoni Rajão e Britaldo Soares-Filho, pelos pesquisadores Felipe Nunes, Danilo Figueira, Lilian Machado, Débora Assis e Amanda Oliveira, as três últimas doutorandas em Geografia no IGC.A UFMG teve como parceiros a Universidade de Bonn (Alemanha), a Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (Escas/Ipê), o Stockholm Environmental Institute (Suécia) e a University of Wisconsin (EUA). O estudo teve apoio do CNPq, da Fapemig, Climate and Land Use Alliance (Clua), Gordon and Betty Moore Foundation, Alexander von Humboldt Foundation e do Ministério da Educação e Pesquisa da Alemanha.

Os fazendeiros dos EUA, ambos e hoje, são considerados “desbravadores” do território, chamados de “pioneiros da pátria”. Nunca, jamais, foram os produtores rurais norte-americanos considerados “criminosos ambientais”. Pelo contrário, foram representados como heróis que enfrentaram índios para produzir alimentos em centenas de filmes (Graziano; Gazzoni; Pedroso, 2020, p. 31).

Mas os EUA é o modelo que “seguimos”, ou seja, se eles são tidos como “desbravadores”, “pioneiros da pátria”, como cita o livro, a ideia que se transmite é que devemos copiá-los, derrubando e desmatando para crescer, por imposição de um modelo de desenvolvimento (Graziano; Gazzoni; Pedroso, 2020, p. 36).

O livro defende uma visão de “desenvolvimento” que considera uma única premissa: o desmatar para avançar. Não encara esta situação como um problema, desvirtua a problemática e enfatiza a crítica que os chamados “ambientalistas”, assim classificados pelo livro de Graziano et al (2020), fazem ao desmatamento histórico e que esta, sim, é uma problemática a ser destrinchada.

O livro ainda referência os gregos e o Império Romano sobre a evolução das civilizações, com o intuito de fundamentar seu argumento, afirmando que “O processo civilizatório somente pode se desenrolar, em qualquer lugar do mundo, através da supressão de vegetação original. Desde o Crescente Fértil, passando pela civilização grega e o império romano, as árvores cederam lugar aos homens (Graziano, Gazzoni, Pedroso, 2020, p. 25).

Já o artigo investigado apresenta uma reflexão em contraponto apresentando a preocupação do desmatar para desenvolver, revelando que produtos exportados como a soja e o gado, os Commodities, eram oriundos de zona de desmatamento, evidenciado com o estudo que os fazendeiros estavam fraudando as exigências e acordos internacionais, uma vez que os importadores não toleram a compra de produtos que venham de desmatamento.

No artigo publicado na *Science* (2020), os pesquisadores sugerem que a União Europeia pode ajudar o Brasil a combater a destruição da Amazônia e do Cerrado. Neste estudo, formado por um grupo de pesquisadores do Brasil, dos Estados Unidos e da Alemanha, Rajão et al. (2020) estima que embora apenas 2% das propriedades localizadas na Amazônia e no Cerrado são responsáveis por 62% do desmatamento ilegal na região, uma parcela dessa devastação está ligada a commodities agrícolas de exportação. Informações estas, só foram possíveis, de acordo com Rajão et al. (2020), cruzando dados de satélite sobre a perda de floresta com informações de registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Ainda, de acordo com este estudo, um quinto das 53 mil propriedades que produzem soja na Amazônia e no Cerrado, cultivaram em terras desmatadas após 2008, desrespeitando as normas, ou seja, de forma ilegal (ações anteriores foram perdoadas), e a estimativa é de que metade dessa soja tenha sido produzida em terras recentemente desmatadas de forma irregular. Já na percepção de Graziano, Gazzoni e Pedroso (2020, p. 25) o processo civilizatório somente pode se desenrolar - em qualquer lugar do mundo - através da supressão de vegetação original. Afirmando os autores que, as árvores foram gradualmente cedendo espaço para a expansão da presença humana, um movimento que se observa desde as primeiras civilizações no Crescente Fértil e continua a ser uma tônica nas épocas da Grécia e do Império Romano.

Os pesquisadores (2020) concluíram, no artigo da *Science*, que cerca de 2 milhões de toneladas de soja contaminada podem ter tido como destino os mercados da União Europeia no período contemplado pelo estudo. De acordo com Rajão *et al.* (2020) o bloco compra do Brasil 41% (13,6 milhões de toneladas) de toda a soja que importa, e quase 70% desse volume são provenientes das regiões Amazônica e do Cerrado.

Consoante Rajão *et al.* (2020) a União Europeia importa do Brasil quase 190 mil toneladas de carne bovina por ano. Os pesquisadores da UFMG e parceiros constataram que pelo menos uma em cada oito das 4,1 milhões de cabeças negociadas em matadouros, a cada ano, tem origem direta em propriedades que podem ter desmatado ao arrepio da lei. Isso representa 2% da carne produzida na Amazônia e 13% da produção do Cerrado. Eles alertam, no entanto, que é necessário monitorar também os fornecedores indiretos de gado, e isso não é feito pelos grandes matadouros e tampouco pelo governo (federal ou estaduais). Os cálculos feitos para o estudo, que abrangem as diversas etapas do processo, geraram a estimativa de que por volta de 60% das cabeças abatidas são potencialmente contaminadas pelo desmatamento em algum ponto da cadeia produtiva (Rajão *et al.*, 2020).

De acordo com Rajão *et al.* (2020) trabalhos anteriores já tinham alertado que a situação da cadeia da carne é mais complicada porque há muitas etapas. Em geral o bezerro nasce num lugar, engorda em outro, vai sendo transportado de uma propriedade a outra até chegar à final, que vende para o frigorífico. As empresas em geral monitoram o cumprimento da lei deste fornecedor direto, mas não dos indiretos, de modo que o desmatamento acaba passando na cadeia. Na análise, os pesquisadores (2020) calcularam que entre as 4,1 milhões de cabeças negociadas em matadouros, pelo menos 500 mil cabeças provêm diretamente de propriedades que podem ter desmatado ilegalmente.

Neste estudo, Rajão *et al.* (2020) descrevem o desenvolvimento de um *software* de alta performance capaz de analisar mais de 815 mil propriedades rurais individualmente. Os autores sublinham que a meta de uma produção agrícola brasileira livre de desmatamento é perfeitamente alcançável pelas lideranças políticas e pelo agronegócio. Eles ressaltam que, com essa tecnologia, torna-se possível monitorar toda a cadeia de suprimentos, diferenciando o desmatamento legal do ilegal. Essa viabilidade é crucial, especialmente porque a União Europeia e o Mercosul negociam um acordo de comércio, e o bloco europeu adota políticas que barram a importação de *commodities* provenientes de áreas desmatadas ilegalmente (Rajão *et al.*, 2020).

O estudo cruzou dados de uso e cobertura da terra obtidos de diferentes fontes, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – que reúne seis milhões de imóveis individuais –, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o projeto MapBiomass. As imagens de satélite foram submetidas à modelagem espacialmente explícita, desenvolvida pelo professor Britaldo Soares-Filho, que integra informações relacionadas aos imóveis e realiza cálculos baseados em parâmetros definidos pelas regras de uso do solo, o que determina se a produção está contaminada ou não. Os imóveis são então vinculados às cadeias produtivas, e também é possível medir a capacidade de produção, no caso de soja. Quando se trata do gado, o processo é mais complexo e demanda análise de rede, de acordo com o estudo (Rajão *et al.*, 2020).

Informam os autores (2020) que o estudo traçou a trajetória internacional de venda das *commodities*, o que foi feito por meio da plataforma *Trase*, desenvolvida pelo *Stockholm Environmental Institute*, da Suécia. Para Rajão *et al.* (2020), o trabalho não teria sido possível se não fosse a qualidade dos dados disponíveis no Brasil. Ressaltam ainda que a União Europeia ocupa posição de liderança global no que se refere a esforços para garantir importações de produtos que não se beneficiem do desmatamento, agente de destruição das florestas tropicais. Iniciativas com esse propósito integram o Acordo Verde Europeu, ao lado, entre outras, de uma política alimentar que visa reduzir as distâncias para o transporte de animais e produtos agrícolas.

Esta investigação gerou um impacto significativo nas estruturas do agronegócio brasileiro, com repercussões tanto no cenário nacional quanto no internacional. O estudo revelou que se exporta soja e conseqüentemente gado de áreas de desmatamento. Segundo Girardi (2020), o vice-presidente Hamilton Mourão, que coordena o Conselho da Amazônia, admite que os dados atrapalham a imagem do país e as exportações. E rebate a pesquisa dizendo que: “*Mas a Agricultura está avaliando e assim que tiver os números corretos vai se contrapor e esclarecer*”¹⁰.

O Ministério da Agricultura, segundo Girardi (2020), por meio de nota, não questionou os dados, mas pediu que não se “*vilanize a agropecuária*”. Assim como o título do artigo induz e os dados demonstram, mais de 90% dos produtores rurais não esteve envolvido com qualquer tipo de desmatamento ilegal, com base na amostra de dados do estudo. De acordo com Girardi (2020) a Abiove, entidade que congrega as *traders* exportadoras de soja, afirmou que o trabalho traz uma “*visão distorcida*”¹¹.

No artigo da *Science*, o grupo classifica essas propriedades como “*maçãs podres do agronegócio brasileiro*”, mas sugere que com as ferramentas já disponíveis é possível que o governo haja com precisão a fim de conter o problema. A partir das duas publicações, fica difícil saber quem fala a verdade, a informação que provém da ciência, feita por ciência, é contestada pelo Estado. A alegação de que o Estado atua simultaneamente na produção e refutação de dados científicos, e na disseminação de desinformação, é sustentada pela estratégia de deslegitimação de órgãos de *expertise* técnica. O caso mais emblemático reside na reação do governo aos dados de desmatamento na Amazônia, monitorados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em 2019, após a divulgação de alertas de aumento do desmatamento (dados DETER/PRODES), o então presidente da República questionou publicamente a validade dos números, resultando na exoneração do diretor do INPE, Ricardo Galvão. Tal ação é interpretada como uma tentativa de rebater o dado científico que contraria a agenda política, minando a credibilidade de uma instituição reconhecida internacionalmente. Concomitantemente, a produção de desinformação manifestou-se em narrativas oficiais distorcidas, como a insinuação, feita por membros da alta cúpula, de que organizações não governamentais (ONGs)

¹⁰ GIRARDI, Giovana. 20% de soja e carne exportados a EU seriam “ilegais”. Estadão (republicado em UOL Economia). São Paulo. 18 jul. 2020. Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/07/18/20-de-soja-e-carne-exportadas-para-a-ue-seriam-ilegais.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

¹¹ Idem ao item anterior.

estariam por trás das queimadas na Amazônia em 2019, sem apresentar qualquer prova, configurando um exemplo de mal-informação (*mal-information*) com o objetivo estratégico de desviar a responsabilidade e o foco da fiscalização, rebatendo os estudos científicos com notícias falsas.

Destaca Graziano et al. (2020, p. 9) que o jogo político da sociedade normalmente afeta e modifica a compreensão dos fatos, quase sempre causando perda de objetividade. Pior, provocando deformações na absorção do conhecimento. Concluem ainda que, surgem assim, os “achismos” e se constroem os mitos, que permeiam inadvertidamente o senso comum das pessoas. Ressaltam por fim os autores (2020, p. 9), que na era digital, a objetividade do conhecimento passou a ser um tremendo desafio. Inclusive, se utilizam das técnicas de objetividade jornalísticas, defendendo a informação mais próxima da verdade. Porém, o livro produz *fake news* institucionalizada e ao mesmo tempo argumenta contra as *fakes news*: “os cidadãos passaram a acreditar mais numa *fake news* que chegou no seu WhatsApp do que na Ciência”. E a repassam aos amigos, gerando um processo de desinformação infundável (Graziano et al., 2020, p. 10).

A citação de Graziano et al. (2020) expõe uma paradoxal crise de confiança: a preferência do público pela desinformação veiculada em plataformas como o WhatsApp, em detrimento do conhecimento científico. Essa dinâmica cria um ciclo vicioso onde a própria “*fake news* institucionalizada” do livro, mesmo que involuntária, contribui para minar a credibilidade das fontes tradicionais, espelhando o problema que se propõe a combater. A proliferação dessa descrença e a aceitação de narrativas distorcidas estabelecem um terreno fértil para que sinais de alerta sejam ignorados, independentemente de onde eles se manifestem—seja na ciência desacreditada ou nos próprios sistemas naturais.

5 O meio ambiente também fala: sinais de crise e a comunicação não-verbal

A crise ecológica manifesta-se por meio de uma comunicação não-verbal intensa e inequívoca, onde a destruição da paisagem e a perda de biodiversidade atuam como sinais de alarme emitidos pelos ecossistemas. A mensuração precisa e o monitoramento sistemático dessas alterações são cruciais para decodificar essa mensagem de crise, fornecendo a base empírica necessária para intervenções políticas e conservacionistas. Neste contexto, o relatório do WWF-Brasil, baseado em dados do Primeiro Relatório Anual do Desmatamento do MapBiomass (Map Biomass, 2020; WWF-Brasil, 2020), revelou um panorama de devastação para 2019 com números alarmantes: a perda total de cobertura florestal nativa no Brasil atingiu 1.218.708 hectares. Essa extensão é comparável à área somada de oito cidades de São Paulo ou à área total da capital Manaus. Um achado crítico foi a extrema prevalência da ilegalidade, já que mais de 99% dos alertas de desmatamento apresentaram irregularidades, classificando a vasta maioria da supressão como ato ilícito (WWF-Brasil, 2020).

A partir desta magnitude geral da devastação, a análise da distribuição espacial da perda revela um foco geográfico específico e uma dinâmica de destruição que exige atenção diferenciada. A supressão concentrou-se majoritariamente nos biomas da Amazônia e do Cerrado, que juntos somaram 96,7% da totalidade das áreas desmatadas em nível nacional (WWF-Brasil, 2020).

Embora a Amazônia tenha registrado o maior volume absoluto de supressão, totalizando 770.148 hectares (63,2% do total) – o que representa uma taxa de destruição de aproximadamente 2.100 hectares por dia –, o Cerrado destacou-se pela maior velocidade média de desmatamento, atingindo um índice de 0,99, seguido pelo Pantanal, com 0,87 (WWF-Brasil, 2020). Essa concentração de perdas nos biomas mais vulneráveis reflete uma pressão antrópica intensa, cujas consequências se manifestam de forma desigual em diferentes regiões.

A análise da focalização geográfica complementa o panorama, mostrando que a destruição não é aleatória, mas sim concentrada em poucas áreas-chave. Quase 78,8% de todos os alertas foram registrados em apenas cinco estados: Pará, Acre, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso (WWF-Brasil, 2020). O estado do Pará destacou-se como o epicentro da devastação, sendo responsável por cerca de 32,6% do desmatamento total. Em escala municipal, dez dos municípios com as maiores perdas estão situados na Amazônia Legal, com proeminência para Altamira (PA), São Félix do Xingu (PA), Porto Velho (RO), Lábrea (AM) e Apuí (AM) (WWF-Brasil, 2020). Por fim, o relatório indicou que as áreas legalmente protegidas também foram impactadas: 16% das Unidades de Conservação (226 UCs¹²) registraram supressão, com destaque para a APA¹³ do Triunfo do Xingu (PA), que perdeu 30.360 hectares. As Terras Indígenas (TIs), embora representem apenas 3,6% do total nacional, também não ficaram imunes à devastação, reforçando a fragilidade da proteção legal frente à pressão do desmatamento (WWF-Brasil, 2020). Essa escalada na degradação ambiental atingiu seu auge em momentos críticos, evidenciando o fracasso em conter a destruição em áreas legalmente protegidas e no bioma em geral.

Em agosto de 2020, a situação atingiu níveis alarmantes: o aumento dos alertas e ocorrências de desmatamento e queimadas, inúmeras vezes registradas por sistemas de satélite e replicadas por veículos de comunicação globais, impôs um desafio intransponível à gestão ambiental brasileira. A midiática internacional da devastação florestal tornou a tentativa do governo federal de desqualificar ou ocultar os dados científicos – uma estratégia observada, por exemplo, no embate com o INPE – ineficaz e insustentável. A alta visibilidade dos indicadores ambientais negativos na esfera pública internacional expôs as lacunas na política de fiscalização e combate ao desmatamento, dificultando a defesa oficial e comprometendo a imagem do país perante parceiros comerciais e fundos de investimento estrangeiros. O INPE registrou, até novembro de 2020, mais de 40 mil km² de devastação, ou seja, 30% do bioma foi devastado pelo fogo no referido ano. E assim, o Brasil encerrou o ano de 2020 com a triste marca do maior número de focos de queimadas em uma década, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Deutsche Welle Brasil, 2020).

¹² Espaços territoriais protegidos por lei (SNUC - Lei nº 9.985/2000), destinados à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, dividindo-se em categorias de Proteção Integral (uso indireto) ou Uso Sustentável (uso direto regulado).

¹³ Área de Proteção Ambiental é um dos tipos de Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável no Brasil, conforme definido pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei nº 9.985/2000; portanto, ela busca conciliar a conservação ambiental com as atividades socioeconômicas e a ocupação humana, o que a distingue das Unidades de Proteção Integral (como Parques Nacionais), onde o foco é estrito na preservação.

O desmatamento representa uma das maiores questões globais sobre o uso da terra. A cobertura de florestas, segundo Politize (2019), hoje, cobre 31% da superfície terrestre do planeta. É por meio delas que processos vitais como a purificação do ar e da água ocorrem. Além de ser o berço de grande parte da diversidade biológica do planeta, é sabido que cerca de 80% das espécies terrestres vivem em florestas. Sabe-se ainda que duas principais causas do desmatamento florestal são a agropecuária e o corte ilegal de árvores. Consoante a organização *Forest Trends*, citado por Politize (2019), estima que a agricultura comercial seja responsável por 70% da destruição de florestas em países tropicais e subtropicais.

No início de 2019, os dados de monitoramento do desenvolvimento no Brasil - divulgados pelo INPE - motivaram uma instabilidade no governo do então presidente Jair Bolsonaro. Em coletiva de imprensa, Ricardo Salles, ministro de Meio Ambiente da época, alegou que os dados apresentados pelo INPE eram sensacionalistas e não condiziam com a realidade. De acordo com o presidente Bolsonaro, “o Instituto foi irresponsável na divulgação dos dados e ainda prejudicaram a imagem do país”. Como resultado, o presidente do INPE, foi demitido. E como resposta ao posicionamento do governo Bolsonaro ao meio ambiente - segundo Politize (2019), a Alemanha e a Noruega suspenderam os repasses ao Fundo Amazônia – sendo que juntos os países contribuíram com mais de 90% da reserva total do fundo. Restou evidente que o Poder Executivo Federal, no quadriênio de 2019 a 2022, não apenas demonstrou inércia ou apatia em relação ao controle e combate ao desmatamento ilegal, mas também provocou um impacto negativo e significativo na esfera diplomática e econômica internacional, culminando em desconforto ou tensões com os próprios setores de agronegócio exportador do país.

O presidente na época, contra argumentou, dizendo que “desmatamento na Amazônia é questão cultural”¹⁴ e que “Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente”¹⁵ e ao rebater os dados fornecidos pelo INPE - sobre as taxas de desmatamento da Amazônia – afirmou que: “Se toda essa devastação de que vocês nos acusam de estar fazendo e ter feito no passado, a Amazônia já teria sido extinta, seria um grande deserto”¹⁶. [...] “Até mandei ver quem é o cara que está a frente do INPE para vir se explicar aqui em Brasília, explicar esses dados aí que passaram na imprensa”¹⁷. Rebatendo o conflito internacional disparou que: “a Amazônia é nossa e nós vamos

¹⁴ BOLSONARO diz que desmatamento na Amazônia é questão “cultural”. Deutsche Welle Brasil. 20 Nov 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-diz-que-desmatamento-na-amazonia-%C3%A9-quest%C3%A3o-cultural/a-51334649>>. Acesso em 23 Jan 2021.

¹⁵ FERRARI, Murilo. ‘Brasil é o país que mais preserva seu meio ambiente’, diz Bolsonaro. CNN Brasil. São Paulo. 05 set. 2020. Política. disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/09/05/brasil-e-o-pais-que-mais-preserva-seu-meio-ambiente-diz-bolsonaro>>. Acesso em 23 Jan. 2021.

¹⁶ AO CONTESTAR dados de desmatamento, Bolsonaro tomou atitude pusilânime e covarde, diz diretor do Inpe. Época Negócios. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/07/ao-contestar-dados-de-desmatamento-bolsonaro-tomou-atitude-pusilanime-e-covarde-diz-diretor-do-inpe.html>>. 20 Jul 2019. Brasil. Acesso em: 23 Jan. 2021.

¹⁷ Idem ao item anterior.

desenvolvê-la, afinal de contas lá existem mais de 20 milhões de brasileiros que não podem ficar desamparados”. [...] “Amazônia cada vez mais brasileira” (Ferrari / CNN Brasil, 2020), em uma clara tentativa de instrumentalizar narrativas com o intuito de deslocar o foco para sua responsabilidade.

De acordo com dados divulgados em agosto - os mais recentes - mostram que a região da Amazônia Legal teve o maior índice de desmatamento registrado de janeiro a julho desde 2015: 4731 Km². O registro foi feito na plataforma de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). [...] No mesmo período, também foram registrados 26868 pontos de queimada na Amazônia Legal pelos satélites do Inpe, maior do que o registrado no mesmo período de 2019, que totalizou 25209. [...] Outra região que sofreu com as queimadas é o Pantanal, que enfrentou a pior onda de incêndios em agosto de 2020 em 15 anos, ameaçando a biodiversidade da região, que inclui antas, onças, capivaras e a maior densidade de onças-pintadas do mundo (Ferrari, 2020/ CNN Brasil).

O governo Bolsonaro (2019-2022), sistematicamente desconsiderou as questões ligadas ao ambiental. Prova disto é a decisão de sair do Acordo de Paris¹⁸. Além de outras atitudes do governo brasileiro, essa, sem dúvidas, instaurou um mal-estar político internacional. Emmanuel Macron, presidente da França fez duras críticas ao governo brasileiro, criticou a saída do Brasil do Acordo de Paris e ressaltou:

” Ele me prometeu, com a mão no peito (na cúpula do G20, em julho, no Japão), respeitar seus engagements ambientais. Dias depois, demitiu cientistas de seu governo”, disse o francês nesta segunda-feira, referindo-se à demissão do presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, após a divulgação de estatísticas sobre o desmatamento que desagradaram ao governo (Costa; Lorenzo, 2021, Estadão Conteúdo).

Em sua conta do Twitter, o presidente da França sustentou que parte da estratégia para diminuir as queimadas na Amazônia precisa ser o de agir de forma coletiva contra a criminalidade ambiental. E ao mesmo tempo, defendeu que também haja uma mudança no padrão de comércio e de consumo. Consoante Macron (2020):

O modelo vigente é destruidor e contra os seus princípios. “A UE não assinou o acordo comercial com o Mercosul por ele ameaçar aumentar o desmatamento”, disse. O presidente da França ainda atacou a produção agrícola, alegando que é a “soja transgênica que nutre o desmatamento na Amazônia”. O líder francês anunciou ainda uma nova cúpula de chefes-de-estado em janeiro de 2021 para lidar com a crise ambiental. Segundo ele, este será um “novo acordo mundial ambicioso”. Ele ainda pediu a formação de uma coalizão internacional para garantir a proteção de 30% do planeta (Portal Jovem Pan, 2020).

¹⁸ É um tratado internacional, adotado em 2015 por quase todos os países signatários da ONU, que estabelece o principal marco global para o combate às mudanças climáticas, tendo como objetivo central manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C – e idealmente em 1,5°C – em relação aos níveis pré-industriais. Seu funcionamento baseia-se em Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que são as metas de redução de gases de efeito estufa definidas e revisadas voluntariamente por cada país a cada cinco anos, além de incluir o suporte financeiro e tecnológico de nações desenvolvidas para auxiliar na adaptação e mitigação em países em desenvolvimento.

Ainda, destacou em um de seus pronunciamentos em seu perfil na rede social, que o país tem a intenção de não continuar a depender da soja brasileira, pois ao depender dela, é o mesmo que apoiar o desmatamento da Amazônia, e além: “*não depender mais da soja brasileira e passar a produzi-la no continente europeu*” (Macron / @Emmanuel Macron, in Twitter, 12 Jan. 2021).

Guimarães (2020) destaca que de acordo com Carlos Nobre, estudioso do clima - pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE): “*o mundo empresarial global se preocupa cada vez mais com a questão ambiental*”. Ele acrescenta que, cada vez mais, fala-se em *deforestation-free supply chains*, algo que poderia ser traduzido amplamente como a preocupação com o impacto sobre as florestas dos produtos nas cadeias de suprimentos das grandes empresas. E desta forma, o governo brasileiro da época andava na contramão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da convergência midiática, todo um trabalho de averiguação, checagem das informações era, e continua sendo feito pelos jornalistas, pois as informações, notícias saíam exclusivamente de agências de notícias, pois a estrutura de informar se configurava de outra maneira. Agora, após a convergência, onde esta estrutura está pulverizada, onde todos têm a possibilidade de publicar, e dar força a uma discussão na internet, a divulgação de notícias falsas é amplamente disseminada.

O Brasil é, desde sua formação colonial, um país primário exportador. Esta característica, o tornou uma potência mundial do agronegócio. O país ocupa a posição de 2º maior produtor de alimentos do planeta, depois dos EUA, e com potencial para, em pouco tempo, se tornar o 1º nesse ranking. Dito isso, o Agro brasileiro seria também um potencial alvo de *fake news*? Quem teria interesse por notícias que prejudicam a imagem da agricultura brasileira? Ou melhor, qual o sentido de se produzir *fake news* institucionalizadas? É evidente que esta última está ligada a justificar as ações do governo da época, que tinham em sua filosofia o desmatar para desenvolver com a expansão desenfreada das fronteiras agrícolas impactando severamente os biomas nacionais.

Em meio a este fogo cruzado de informações que envolvem o agronegócio brasileiro, onde de um lado, o governo, através de seus pesquisadores da Embrapa, publica livro com argumentos tendenciosos, não considerando a questão ambiental no cerne do debate, onde a ideia central é desmatar para crescer e, do outro lado, uma equipe de pesquisadores que investigam, analisam e divulgam os seus resultados. Nestas condições, a população tem dificuldade em compreender, distinguir o que é falso e o que é verdadeiro, pois o fenômeno das *fakes news* torna nebuloso o que é observável.

O cenário político, notadamente marcado pelos pronunciamentos da Presidência da República à época (2019-2022) e a subsequente cultura do negacionismo, exacerbou o debate e desviou o foco da problemática central. Essa dinâmica de negação, intrinsecamente ligada a ideologias e dogmas políticos, configura um risco social significativo, impulsionando a sociedade para um quadro de desinformação estrutural.

No contexto da Amazônia, a desinformação ganha contornos particularmente graves quando sua natureza é intencional e maliciosa. As notícias falsas sobre temas como desmatamento, povos indígenas ou exploração de recursos geralmente não são fruto de meros erros de verificação ou falhas não intencionais, mas sim de uma disseminação deliberada. Essa forma de informação prejudicial tem o propósito claro de manipular a opinião pública, causar prejuízo à fiscalização ou legitimar atividades ilegais na região, exigindo uma atenção crítica redobrada em seu combate e na análise de sua intencionalidade danosa.

É fundamental que o leitor adote uma postura de leitura que transcenda o título e as primeiras sentenças do conteúdo. As informações cruciais e o contexto verificável frequentemente se encontram em partes subsequentes do texto, notas de rodapé ou links de fontes primárias. O aprofundamento da leitura é essencial para identificar contradições, inconsistências e quaisquer omissões intencionais que caracterizam a disseminação de notícias falsas.

Ao chegarmos ao final desta análise sobre o impacto sistêmico da Desinformação – e de sua manifestação mais virulenta, as *Fake News* –, é crucial ressaltar que essa dinâmica opera, de fato, como um engenhoso feitiço capaz de sutilmente remodelar a paisagem perceptiva. Perante tal poder de ilusão, torna-se imperativo reavaliar o papel ativo e a responsabilidade cognitiva de cada indivíduo dentro do ecossistema informacional.

A premissa central de nosso estudo, estabelecida na introdução, alertava: "A desinformação, em seu poder de ocultar a verdade sob um verniz atraente, opera como um feitiço." De fato, a análise aprofundada confirmou que as *Fake News* representam a forma mais sofisticada e de alto impacto desse encantamento moderno. Seu método não se limita a obscurecer a evidência factual; ele é muito mais insidioso, trabalhando para instalar narrativas paralelas que são meticulosamente desenhadas para explorar vieses pré-existentes, potencializando a polarização e a resposta irracional.

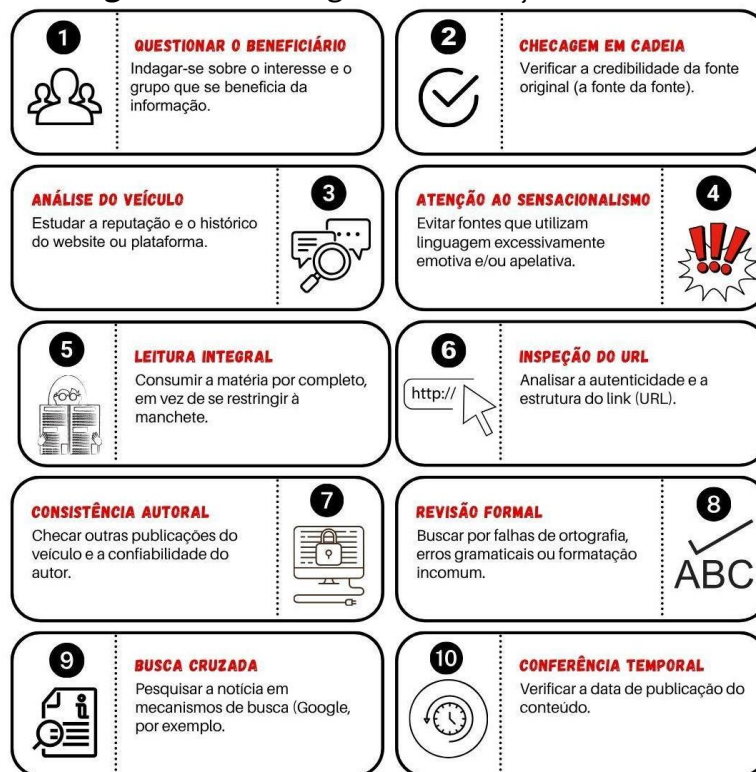
É crucial reconhecer, contudo, que a eficácia desse "feitiço" se sustenta precariamente sobre a passividade cognitiva e a ausência de questionamento por parte do receptor.

A conclusão fundamental desta jornada analítica é, portanto, um apelo veemente à vigilância ativa. O verdadeiro contraponto à magia persuasiva das *Fake News* não reside em soluções algorítmicas externas, mas sim na disciplina incessante do pensamento crítico. Desfazer essa ilusão exige que o cidadão contemporâneo adote a postura de um investigador cético: questionando a procedência da informação, submetendo os dados a uma verificação rigorosa, e desenvolvendo uma desconfiança saudável em relação a qualquer conteúdo que prometa uma satisfação emocional imediata.

A tarefa de realinhar a esfera pública com a verdade e a racionalidade não é delegável apenas às instituições; ela é, em sua essência, uma responsabilidade epistemológica e individual. É através do letramento midiático robusto e da aplicação de um ceticismo metodológico que construímos nossa imunidade contra o apelo sedutor do falso, assegurando que o debate democrático seja orientado por evidências e não por mitologias convenientes. A busca inabalável pela verdade emerge, assim, como o derradeiro ato de contra-magia, dissipando a miragem e permitindo que a luz da realidade se manifeste.

Para transformar essa intenção em prática resiliente e desarmar sistematicamente as narrativas enganosas, propõe-se, a seguir, um decálogo de verificação como ferramenta essencial para a defesa da cidadania digital:

Fluxograma 1 - Decálogo de Verificação de Fake News



Fonte: Próprios autores, 2025.

A adoção sistemática destes dez passos permite desarmar grande parte das notícias falsas. A desconfiança é o ponto de partida: informações duvidosas, sensacionalistas ou com forte apelo emocional devem ser investigadas. No que tange às *fake news* que envolvem questões do setor agrícola e ambiental, uma orientação final se destaca: os dados objetivos da realidade física servem como o desmascaramento mais eficaz. Basta uma análise dos indicadores ambientais, como as taxas oficiais de desmatamento, que expõem e refutam diretamente a fabricação de narrativas falsas cujo objetivo é mascarar o que é observável e mensurável.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. **Circuitos versus campos sociais**. In: Matos, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jader; JACKS, Nilda Aparecida. *Mediação e Mídiação*: Livro Compós 2012. Salvador/Brasília: UFBA/COMPOS, 2012. P.31-52.

BRAGA, José Luiz. **Mediatização como processo interacional de referência**. Apresentado no grupo de trabalho Comunicação e Sociabilidade, do XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, São Paulo, em julho de 2006.

BRAGA, Renê Moraes da Costa. **A indústria das fake news e o discurso de ódio**. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (Org.). Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio: volume I. Belo Horizonte: Instituto para o Desenvolvimento Democrático, 2018. p. 203-220.

COSTA, Gabriel Bueno da; LORENZO, Francine de. **Depender da soja brasileira é ser conivente com desmatamento da Amazônia, diz presidente da França**. Estadão Conteúdo / GZH. Porto Alegre. 12 Jan. 2021. Campo e Lavoura. Disponível em:<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2021/01/depender-da-soja-brasileira-e-ser-conivente-com-desmatamento-da-amazonia-diz-presidente-da-franca-ckjug5kp7000601hsx9thxmzq.html>>. Acesso em: 23 Jan. 2021

FAUSTO NETO, Antonio. **Fragmentos de uma “analítica” da midiaticização**. Revista MATRIZES. N. 2 abril 2008. P. 89-105

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Roma: United Nations Publishing, 2021. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/1c38676f-f5f7-47cf-81b3-f4c9794eba8a/content>>

FERRARI, Murilo. **Brasil é o país que mais preserva seu meio ambiente', diz Bolsonaro**. CNN Brasil. São Paulo. 05 set. 2020. Política. disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/09/05/brasil-e-o-pais-que-mais-preserva-seu-meio-ambiente-diz-bolsonaro>>. Acesso em 23 Jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

FRIAS FILHO, O. **O que é falso sobre fake news**. Revista USP, [S. l.], n. 116, p. 39-44, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.voi116p39-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146576>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FURTADO, Celso. **Essencial**. (Org) D'Aguiar, Rosa Freire de. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GIRARDI, Giovana. **20% de soja e carne exportados a EU seriam “ilegais”**. Estadão (republicado em UOL Economia). São Paulo. 18 jul. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/07/18/20-de-soja-e-carne-exportadas-para-a-ue-seriam-ilegais.htm>. Acesso em: 23 dez. 2020.

GOMES, Pedro Gilberto. **Mapa sistêmico do processo de midiaticização**. Paper. Ppgcc, Unisinos. São Leopoldo, 2014.

GRAZIANO, Xico; GAZZONI, Décio Luiz; PEDROSO, Maria Thereza. **Agricultura Fatos e Mitos: Fundamentos para um debate racional sobre o Agro brasileiro**. São Paulo: Baraúna, 2020. 284 p.

GUIMARÃES, Ligia. **Fala de Guedes sobre desmatamento contraria ciência e até “mundo econômico de Davos, diz cientista**. BBC News Brasil. São Paulo. 22 Jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51215404>>. Acesso em: 23 Jan. 2021.

HJARVARD, Stig. **Midiatização**: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. Matrizes, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 53-91, jan/jun 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Fronteira Agrícola – Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15976%20fronteira-agricola-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MACRON, Emmanuel. **Comentário via Twitter**. 12 Jan. 2021. Disponível em: <<https://twitter.com/EmmanuelMacron/status/1349064094180139009>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MENDONÇA, Israel Gil da Silva. **Desenvolvimento, agricultura e reforma agrária nas visões de celso furtado e roberto campos (1950-67)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2016.

RAJÃO, Raoni; SOARES-FILHO, Britaldo; NUNES, Felipe; BÖRNER, Jan; MACHADO, Lilian; ASSIS, Débora; OLIVEIRA, Amanda; PINTO, Luis; RIBEIRO, Vivian; RAUSCH, Lisa; GIBBS, Holly e FIGUEIRA, Danilo. **The rotten apples of Brazil’s agribusiness**. 2020. Revista Science 369 (6501), 246-248. DOI: 10.1126 / science.aba6646

RIBEIRO, Marco Antônio Sousa; ORTELLADO, Emanuella Ribeiro Halfeld. **O fenômeno das fake news**: definição, combate e contexto. *Internet & sociedade*, 2018.

TANDOC JR, E. C.; ZIELONKA, O.; AINSWORTH, S. **The fact of fake news**: A content analysis of fake news in the 2016 US presidential election. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 95, n. 4, p. 1109–1132, 2018.

TORRES, Gleriani. **Desmatamento da Amazônia**: causas, impactos e como combater. Fundação Instituto de Administração (FIA). Disponível: <https://fia.com.br/blog/desmatamento-da-amazonia/> 2019.

VERON, Eliseo. **Esquema para el analisis de la mediatización**. In: Diálogos. N° 48. Lima: Felafac, 1997.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe report, 2017.

WWF-BRASIL. **Amazônia e Cerrado somam 96,7% do desmatamento no país**. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2020. Dados extraídos do Relatório Anual do Desmatamento do Map Biomas (referente ao ano de 2019). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/17/mais-de-99-dos-casos-de-desmatamento-sao-ilegais-afirma-especialista>>. Publicado em: 17 jun. 2020. Acessado em: 18 nov. 2025.

NOTÍCIAS:

ALESSI, Gil; VIEJO, Manuel. **Empresários financiaram disparos em massa pró-Bolsonaro no Whatsapp, diz jornal**. El País, Brasília, 18 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965_530788.html. Acesso em: 01 nov, 2025.

BENITES, Afonso. **A máquina de 'fake news' nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp**. El País, Brasília, 28 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html. Acesso em: 01 nov, 2025.

CEOLIN, Monalisa. **Desmatamento no Brasil: qual a situação?** POLITIZE. 23 Ago. 2019. Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/desmatamento-no-brasil/>>. Acesso em: 23 Jan. 2021.

PRESIDENTE da França volta a criticar desmatamento na Amazônia. Portal Jovem Pan. 30 Set. 2020. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/noticias/mundo/presidente-da-franca-volta-a-criticar-desmatamento-na-amazonia.html>>. Acesso em: 23 Jan. 2021.

PRIMEIRO Relatório Anual do Desmatamento no Brasil. MAP BIOMAS. (2020). Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?76383/Amazonia-e-Cerrado-somam-967-do-desmatamento-no-pais>>. Publicado em: 27 mai. 2020. Acessado em: 18 nov. 2025.

QUANDO acaba diplomacia, 'tem que ter pólvora', diz Bolsonaro sobre biden. VEJA. Brasil. 10 nov. 2020. Mundo. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/quando-acaba-diplomacia-tem-que-ter-polvora-diz-bolsonaro-sobre-biden/>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Ronaldo Josué Faller. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS. Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo e Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Egresso PGDREDES, UFRGS. E-mail: faller.ronaldo@gmail.com

Jaqueline Mallmann Haas. Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDREDES, UFRGS. Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Mestre e Doutora em Extensão Rural; E-mail: jaquelinehaas@ufrgs.br

Marialda Souza Bueno Ferraz. Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Economista e Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Egressa PGDREDES, UFRGS. E-mail: mb_eco@yahoo.com.br

Submetido em: 29/11/2025

Aprovado em: 25/08/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): ambos os autores participaram na mesma proporção

Curadoria de Dados (Data curation): ambos os autores participaram na mesma proporção

Análise Formal (Formal analysis): ambos os autores participaram na mesma proporção

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition) nenhuma

Investigação/Pesquisa (Investigation): Advindos de estudos do PGDREDES/UFRGS

Metodologia (Methodology): ambos os autores participaram na mesma proporção

Administração do Projeto (Project administration): independente

Recursos (Resources): nenhum

Software: nenhum

Supervisão/orientação (Supervision): Jaqueline Mallmann Haas

Validação (Validation): Ronaldo Josué Faller; Jaqueline Mallmann Haas; Marialda Souza Bueno Ferraz

Visualização (Visualization): Ronaldo Josué Faller

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): ambos os autores

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): ambos os autores participaram na mesma proporção

Fontes de financiamento: nenhuma